

» Entrevista | JACK CORREA | LOBISTA E ESCRITOR

Profissional das chamadas relações institucionais reúne histórias em livro e mostra que defender interesses junto ao poder tem limites éticos

Lobby e corrupção são coisas diferentes

» LUANA PATRIOLINO

Jack Corrêa tem o dom de entreter e seduzir. Com essas características e um jeito bem mineiro, o lobista e escritor chegou a Brasília em 1983, vindo de Belo Horizonte (MG), e se tornou um dos mais experientes e requisitados profissionais das hoje chamadas “relações institucionais” de Brasília. Para contar as histórias que viveu no trabalho de percorrer os corredores e gabinetes do poder, Corrêa lançou um livro com 44 casos em que aparecem personagens como Pelé, Maria Bethânia, Roberto Carlos e Chico Xavier, além de personalidades do mundo político.

Ao **Correio**, Jack Corrêa contou sobre os desafios da profissão, inspirações e se declarou lobista com orgulho. Lobby Stories certamente desperta atenção dos que apreciam a política, dos profissionais das relações governamentais, dos estudiosos e dos curiosos que desejam entender melhor as antessalas dos gabinetes. Afinal, pelas próprias palavras do escritor, Brasília respira lobby. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Como surgiu a ideia para o *Lobby Stories*?

Cheguei muito novo, aos 24 anos, ao cargo de diretor de cerimonial do Governo de Minas Gerais. O Francelino Pereira, que era o governador, quando me chamou, pensei que estava trabalhando com alguém que poderia concorrer à Presidência da República. Aquilo me deu muita responsabilidade. Quando eu saí de lá, vim para Brasília abrir o escritório da Fiat para ser o representante da montadora aqui. Eu sempre tive o hábito de gravar as coisas que acontecem comigo, coloco na agenda ou em um papelzinho. Fui juntando todo esse material. Tinha casos que aconteceram na época do cerimonial e tinha vontade de contar sobre isso.

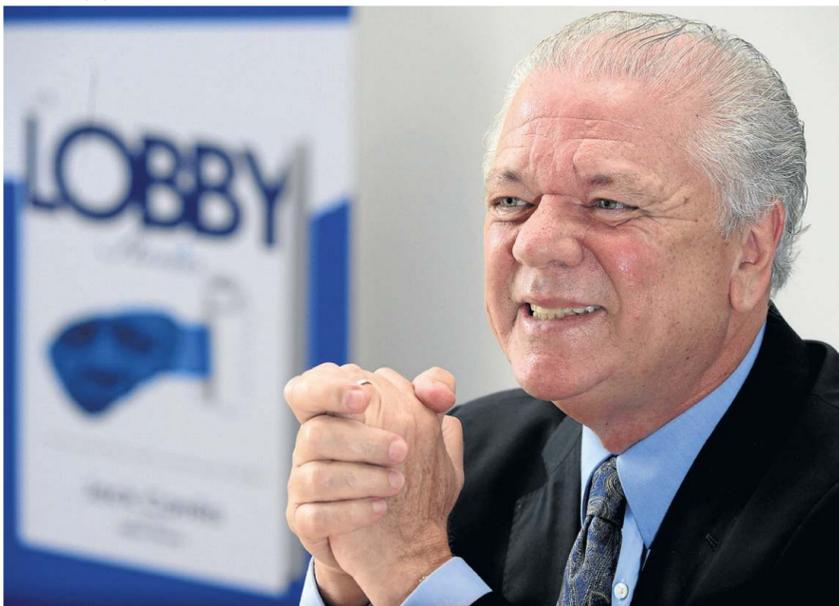
Veio outra obra antes dessa, o *Sem Cerimônia, certo*?

Sim. Não tinha o objetivo de vender e foi escolhido pelas escolas de relações públicas de várias universidades do país. Aquilo me realizou muito. Depois, fiz uma outra edição, de 2000, e não republicuei.

Mesmo aposentado continua fazendo lobby?

Em 2016, me aposentei na Coca-Cola. Pensei em ter um escritório

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Jack deixa claro que São Paulo tem o poder econômico, mas Brasília tem o poder decisório

para sentar, escrever e receber amigos. Nunca imaginei que teria clientes como tenho hoje. Por isso, continuei no lobby. Já estava na hora de olhar para o retrovisor e pensar no que eu fiz do dia 3 de setembro de 1983, quando cheguei de Minas, com passagem só de vinda para Brasília.

Como as histórias foram escolhidas?

São 44 casos de amor por uma profissão. Peguei os casos e fui colocando de modo aleatório. Achei que ficou uma receita muito legal e a ideia é mostrar o quanto *Lobby Stories* tem para ensinar o que se fazia de lobby no Brasil até recentemente.

Quais são os desafios da profissão hoje?

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) proibiu uma série de atividades. Por exemplo: é proibido dar passagem, hotel, etc. A pessoa que tem que trabalhar para fazer relações com o governo, conta com pouca oportunidade de criar relacionamento 1 centímetro da linha para fora do oficial. Os casos do livro são do tempo em que isso não existia. Conto como era para a pessoa entender e pensar: “e agora?” Agora, com internet, com as proibições das doações eleitorais, com as proibições dos comportamentos éticos da OCDE, você fica em uma situação bem restrita de criar

1983

Foi o ano em que Jack Correa chegou em Brasília, vindo de Belo Horizonte, para abrir na capital o escritório de representação de uma montadora

mecanismos de aproximação e relacionamento.

Nunca foi tão difícil fazer lobby...

Sim, nunca foi tão difícil. Brasília respira lobby. Você tem a central econômica do país que é São Paulo, mas tem a central de decisão, que é Brasília. Com uma caneta, se derruba o planejamento de um mundo de empresas. Só com uma assinatura! Por mais poderoso que São Paulo seja, quando se tem que definir o futuro do planejamento da sua empresa, o lugar é aqui.

O senhor se incomoda em ser chamado de lobista?

Você está em frente a uma obra única e primeira em que um lobista fala ‘eu sou lobista’. Nas dedicatórias do livro, coloquei o “lobby do bem” porque estamos falando de coisas sérias, regulares e éticas — a defesa legítima de interesse.

Eu, definitivamente, não me incomodo. A imprensa nunca diferenciou um lobista, que é uma pessoa que trabalha e leva uma ação da sua empresa para a formação das políticas públicas no Congresso ou Executivo, dos caras que são operadores de propinas.

Existe um projeto de Lei, na Câmara dos Deputados, que trata da regulamentação do lobby. O senhor tem acompanhado?

É o Projeto 1.202, de autoria do Carlos Zarattini (PT-SP). Há um ano, ouvi o deputado Rodrigo Maia (sem partido-RJ) falar que estava na pauta. De lá para cá, nunca apareceu nada. Existe uma força que não deixa regulamentar a profissão de lobista. No dia que regulamentar, você pode falar de boca cheia que é lobista e apresentar um número de registro. Aí a transparência vai ficar absolutamente concreta.

Qual é a sua avaliação sobre o país, atualmente, com a instabilidade das relações institucionais?

Qualquer pessoa da nossa profissão tem que ser, antes de tudo, apertado. O que interessa é o resultado. O resultado com o meio ambiente não me deixa feliz; com a indústria, com a bolsa, não me deixam feliz. Não posso negar uma realidade que estou vendo. Então, isso já responde a pergunta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A guerra ideológica no Enem mira a reeleição de Bolsonaro

Um dos momentos de maior angústia nas vidas dos nossos jovens é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que funciona como uma espécie de portal para a vida adulta, porque seus desempenhos serão determinantes para o acesso ao ensino superior. Hoje, 3,1 milhões de jovens em todo o país prestarão a primeira prova do Enem, em meio a uma guerra ideológica aberta por pressão do presidente Jair Bolsonaro sobre os técnicos do órgão responsável pela elaboração das provas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para que as provas fossem politicamente alinhadas com a suas ideias sobre os costumes e a história. Detalhe: é o menor número de inscritos desde 2005.

O exame ocorre em meio ao caos na instituição, porque 37 técnicos do órgão pediram demissão e denunciaram a interferência indevida do ministro da Educação, Milton Ribeiro, na elaboração das provas. Ex-reitor da Universidade Mackenzie, de São Paulo, pastor presbiteriano, advogado e teólogo, seu prestígio junto ao presidente Jair Bolsonaro foi à Lua graças à confusão que arrumou. O diretor nomeado por ele para o Inep, Danilo Dupas Ribeiro, é acusado de assédio moral e manipulação das provas, com censura a determinadas questões. Há denúncias de tentativa de nomeações indevidas para cargos e funções no órgão, com pessoal não qualificado, inclusive policiais federais.

Tudo isso fez com que Bolsonaro comemorasse a crise quando estava em viagem no Oriente Médio: “Agora o Enem tem a cara do meu governo”. Naturalmente, a oposição foi para cima do ministro da Educação no Congresso, mas isso somente o fortaleceu junto àquele que o nomeou. Uma das características do governo Bolsonaro é o seu reacionarismo cultural, associado a ideias políticas autoritárias, que idealizam o passado relativamente recente, principalmente o “regime militar”, expressão que gostaria que fosse substituída por “revolução”.

Eleito com uma agenda regressiva, Bolsonaro não conseguiu implementá-la integralmente no Congresso, seja porque não teve apoio parlamentar suficiente, seja por causa do papel do constitucional do Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa do Estado Democrático de Direito. Entretanto, nos ministérios, essa agenda avançou até onde foi possível, com consequências que hoje respondem por muitos fracassos no seu governo. Há, de fato, uma estratégia bem-sucedida de desmonte de políticas públicas construídas ao longo de décadas. Seu fracasso está em não conseguir implementar nada no lugar, devido à resistência de técnicos e gestores públicos de carreira.

Hegemonia cultural

Na área da cultura, a estratégia foi implementada de forma radical. Quanto mais estapafúrdio, histriônico e reacionário o sujeito, mais prestigiado fica com o presidente da República. Se espinafrar jornalistas e a imprensa, então, nem se fala. Por isso, quem imagina a demissão do presidente do Inep ou do ministro da Educação, pode desistir. Apesar das denúncias de que órgão vive uma “crise sem precedentes, com perseguição aos servidores, assédio moral, uso político-ideológico da instituição pelo MEC, e falta de comando técnico no planejamento dos seus principais exames, avaliações e censos”. A guerra ideológica contra o chamado “marxismo cultural” é música para Bolsonaro, porque mobiliza sua base conservadora e evangélica.

Olavo de Carvalho, o ideólogo bolsoneiro que se mandou do país na semana passada, temendo ser preso, fez a cabeça do presidente quanto à necessidade de erradicar as ideias progressistas da educação, o que vem sendo um fator de crise nessa área desde o começo do governo. Seu livro *O mínimo que você precisa saber para não se tornar um idiota* (Record) é a segunda bíblia de milhares de pastores evangélicos, que lutam contra um inimigo imaginário cujos objetivos seriam destruir a família e corromper a juventude.

Professores da rede pública e privada são vistos como ameaça por adotarem uma suposta “pedagogia comunista”, cujo símbolo seria o educador Paulo Freire. Olavo faz uma interpretação distorcida do conceito de “hegemonia”, de Antônio Gramsci, descrito nos *Cadernos do Cárcere* (Civilização Brasileira), escrito na prisão, de 1926 a 1937, durante o regime fascista de Benito Mussolini. Grosso modo, segundo o pensador marxista italiano, no Ocidente o poder político não depende apenas da força do Estado, mas também da cultura social, ou seja, do consentimento da sociedade civil. Nesse aspecto, a construção da “hegemonia” dar-se-ia também no âmbito de instituições como a igreja e o sistema de ensino.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Atos pelo país criticam o governo

O Dia da Consciência Negra foi marcado por uma série de protestos em todo o país. Foram registradas manifestações contra o racismo e contra a política do presidente Jair Bolsonaro, em 20 capitais brasileiras, considerada pelos manifestantes como de desvalorização da cultura negra e da data — que, neste ano, comemorou meio século de existência.

A educadora Iêda Leal, coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), é uma das idealizadoras dos protestos de ontem. Ela destacou a importância da data e a luta dos negros. “Temos feito esse resgate da história de Zumbi pelo que ele simboliza para nós nessa busca por uma sociedade maior, mais justa, pela democracia e pela liberdade. Ele foi morto pelo Estado brasileiro. Isso dói na gente e deixa um legado da persistência por buscar uma sociedade mais justa”, destacou.



Tem alguém dirigindo mal o Brasil porque não se tem uma consideração pelo ser humano. A nossa tarefa, hoje, é de guerrear contra o Estado que não nos preserva”

Iêda Leal, coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado, criticando a política do atual governo

Para Iêda, o país retrocedeu na questão da política de promoção racial a partir do governo Bolsonaro. “Tem alguém dirigindo mal o Brasil porque não se tem uma consideração pelo ser humano. A nossa tarefa, hoje, é de guerrear contra o Estado que não nos preserva, não nos respeita, só quer desaparecer com a nossa história”, criticou.

Em contraponto à celebração, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, utilizou suas redes sociais para criticar a data. Conhecido por atacar os movimentos negros e por não reconhecer Zumbi como herói, ele ironizou o Dia da Consciência Negra chamando de “vitimização”.

Iêda, aliás, vê com preocupação a gestão de Camargo à frente

da Palmares. “O que acontece, hoje, dentro da fundação é uma tragédia que estamos anunciando. Vamos exigir que a Justiça nos dê a possibilidade de proteger uma instituição que nasceu para garantir a memória do povo negro”, afirmou.

Em 1971, um grupo de jovens negros se reuniu no centro de Porto Alegre para pesquisar a luta dos antepassados e questionar a legitimidade do 13 de Maio, data da assinatura da Lei Áurea, como referência de celebração do povo negro. No lugar, sugeriram o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, para destacar o protagonismo da luta dos -escravizados por liberdade e gerar reflexão para as questões raciais. A data é um dos marcos da constituição dos movimentos negros e está na raiz do Dia da Consciência Negra. (LP)